

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE _____ - DF**

FULANO DE TAL, nascida em XX/XX/XXXX, menor, relativamente incapaz, representada por sua genitora XXXXXXXXXXXXXXXX **e esta em nome próprio**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Cédula de Identidade nº xxxxxxxx SSP/DF e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/DF, CEP xxxxxxxx, Telefones:xxxxxxx vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fundamento na legislação vigente, propor o presente:

DIVÓRCIO LITIGIOSO

em face de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, profissão, Cédula de Identidade não sabido, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, filho de xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxx/DF, CEP xxxxxxxx, telefone (xx) xxxx-xxxx, pelas razões que seguem:

DO MATRIMÔNIO E DA SEPARAÇÃO FÁTICA

Os cônjuges casaram-se xx de _____ de xxxx, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme Certidão de Casamento anexa.

Contudo, o casal se separou de fato há 05 (cinco) meses, sem possibilidade de reconciliação devido a incompatibilidade de vida em

comum do casal, tornando impossível a vida em comunhão, razão pela qual a cônjuge virago deseja o divórcio.

DOS FILHOS

Da união advieram 03 (três) filhos: _____, nascido em xx/xx/xxxx, maior e capaz; _____, nascido em xx/xx/xxxx, maior e capaz e _____, nascida em xx/xx/xxxx, menor relativamente incapaz, conforme Certidões de Nascimento e Carteira de Identidade anexas.

DA GUARDA DOS FILHOS E DA REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

Insta registrar que os filhos maiores residem com o genitor e a filha do casal está sob a guarda de fato da genitora e assim permanecerá, requerendo desde já a guarda compartilhada.

Ressaltando que, a filha do casal se encontra devidamente matriculada no _____, conforme Declaração de Escolaridade em anexo; bem como no Centro Interescolar de Línguas, conforme Declaração em anexo.

Quanto às visitas do genitor à filha, estas serão nos seguintes termos:

- a. **EM FINAIS DE SEMANA ALTERNADAMENTE**, pegando a filha na casa da Requerida, a partir das 9h do sábado e devolvendo-a até as 18h do domingo, no mesmo local;
- b. Nos anos ímpares a filha passará o Natal com o pai e o Ano Novo com a mãe;
- c. Nos anos pares a filha passará o Natal com mãe e o Ano Novo com o pai;
- d. No dia das mães a filha passará com a genitora;
- e. No dia dos pais a filha passará com o genitor;
- f. No aniversário do pai a filha passará com o genitor;
- g. No aniversário da mãe a filha passará com a genitora;
- h. Nos primeiros 50% (cinquenta por cento) do período das férias escolares, a filha passará com o pai e o período remanescente com a mãe;
- i. O aniversário a filha passará, nos anos ímpares com a mãe e nos anos pares com o pai;

j. A filha passará os feriados de forma alternada entre os genitores;

DOS BENS, DA PARTILHA E DAS DÍVIDAS

Na constância do casamento, o casal adquiriu os seguintes bens:

a) Uma casa situada _____, com área de 200,00 metros quadrados, confrontando pela frente com o Rua _____, com 10,0 metros, pelo fundo com o lote _____, com 10,00 metros, pelo lado direito com o lote _____, com 20,00 metros e pelo lado esquerdo com o lote 627 A-14, com 20,00 metros, tendo o presente imóvel a seguinte matrícula _____, do _____º Ofício de Registro de Imóveis de _____, detendo a inserção de mútuo junto à Caixa Econômica Federal - CEF, conforme contrato de compra e venda nº _____. Imóvel este, avaliado, aproximadamente, no valor de R\$ _____,00.

Vale ressaltar que o referido imóvel foi adquirido mediante o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, sendo financiado em xx (xxx) parcelas e estando pagas ____ (_____) parcelas decrescentes, que atualmente se encontra no valor de R\$ xxx,xx conforme Planilha da Caixa Econômica Federal em anexo.

Ademais, **a Lei 11.977/2009 determina que na hipótese de rompimento da sociedade conjugal, o imóvel será transferido para a mulher. Conforme preceitua o Artigo 35-A:**

“Nas hipóteses de dissolução da união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, **será registrado em nome da mulher ou a ela transferido**, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS”.

Nesse sentido, deverá ao final ser declarado que o imóvel situado no Loteamento xxxxxxxxxxxxxx, Lote xxx, Quadra xx, xxxx, pertencerá com exclusividade à Requerente. Destacando-se que o pagamento das parcelas vincendas, a partir da transferência do imóvel, seguirão por responsabilidade da requerente.

Ainda, **existem as seguintes dívidas a serem partilhadas entre o casal:**

a) **Faturas não pagas do consumo de água do imóvel** supracitado, com Conta nº xxxxxxxxxx, compreendido os meses entre Outubro de 2017 à Abril de 2018 junto à SENAGO – Saneamento de Goiás S.A, inscrita no CNPJ 01.616.929/0001-02, totalizando o valor de R\$ xxxxxx, conforme Demonstrativo em anexo.

b) **faturas não pagas do consumo de energia elétrica** do imóvel supracitado, com Unidade Consumidora nº xxxxxxxxxx, compreendido os meses entre Fevereiro de 2017 à Novembro de 2017 junto à ENEL Distribuição, inscrita no CNPJ sob o nº 01.543.032/0001-04, totalizando o valor de R\$ xxx, conforme demonstrativo em anexo.

Com relação ao bem do casal, **este deverá ser integralmente transferido para a Requerida.** Já em relação às dívidas do casal, **estas serão partilhadas na proporção de 50% para cada cônjuge.**

DOS ALIMENTOS

A respeito dos alimentos devidos entre os cônjuges, por ora deixam de pedir, em face de cada um, por possuírem meios necessários para a própria subsistência.

Cabe se destacar que o Requerido trabalha como vigilante na Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, situada na xxxxxxxxxx, Brasília / DF, CEP: xxxxxxxx, onde auferir renda no valor de R\$ xxxx, conforme Extrato Previdenciário em anexo, e não tem outros filhos menores.

Por outro lado, **a Requerente não está exercendo nenhuma atividade profissional, estando em fase de conclusão do Curso Superior, necessitando, portanto, do auxílio dos familiares para prover o seu sustento e da menor.** Nesse sentido, não tem condições de arcar sozinha com o sustento da filha, que deve ser dividido entre os pais.

e) ao final seja a demanda julgada procedente e proceda a fixação dos alimentos definitivos no valor mensal correspondente a 30% (trinta por cento) rendimentos brutos do Requerido, efetuados os descontos compulsórios, que deverá descontado do salário do mesmo e serem depositados na conta de titularidade da genitora, qual seja: Agência xxx, Conta nº xxxxxxxxxxxx, Banco xxxxxxxxxxxx.

f) ao final, quando da resolução do mérito, seja decretado o divórcio do casal, observando os termos da presente petição; bem como, sejam feitas as expedições para as averbações necessárias;

g) a condenação do réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PRODEF.

Requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial o depoimento pessoal das partes.

Valor da causa: R\$ xxxxxxxx

Nesses termos,

pede deferimento.

_____-DF

Requerente

Requerente

Defensor Público